

# Economia

Vitória (ES), domingo  
10 de abril de 2005  
Editora: Elaine Silva  
ecferreira@redgazeta.com.br  
3321-8327

## Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

Confira o peso dos preços controlados pelo Governo



### PREÇOS DE SITUAÇÃO NO MERCADO

- **Preços monitorados** ou administrados pelo poder público: **305,08%**
- **Preços não comercializáveis** serviços em geral sem intermediação de mercado: **178,07%**
- **Preços livres** ditados pelo mercado - inclui comercializáveis: **136,36%**
- **Preços Comercializáveis** comércio varejista: **105,29%**

Isso significa dizer que os preços livres cresceram **136,36%** no período de agosto de 1994 a fevereiro de 2005, abaixo da inflação média

**CONCLUSÃO**  
A ORIGEM DA INFLAÇÃO ESTÁ NOS PREÇOS MONITORADOS PELO PODER PÚBLICO:

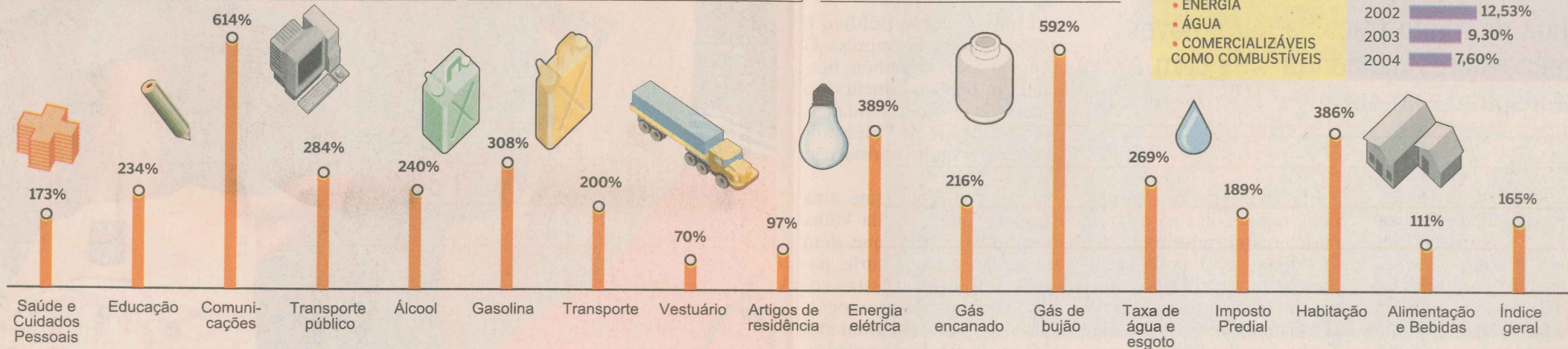
- TARIFAS PÚBLICAS
- ENERGIA
- ÁGUA
- COMERCIALIZÁVEIS COMO COMBUSTÍVEIS

### Inflação anual desde 1995

IPCA anual - índice geral

Taxa de variação anual

1995	22,41%
1996	9,56%
1997	5,22%
1998	1,66%
1999	8,94%
2000	5,97%
2001	7,67%
2002	12,53%
2003	9,30%
2004	7,60%



# Vilão dos aumentos, Governo achata os salários

Preços que mais subiram até agora foram aqueles que são controlados pelo Governo

## KENIA AMARAL

Todo começo de mês é assim: você recebe seu salário e a felicidade de ter dinheiro na carteira dura pouco. Quando começam a chegar as contas de água, luz, telefone e as despesas com gasolina, transporte, habitação, colégio, compra de supermercado, plano de saúde e tantas outras, não há quem não reclame da inflação - vista por muitos como a grande causadora desse sufoco.

Mas engana-se quem culpa a inflação pelo fato de o salário não acompanhar o aumento das contas. Na verdade, o vi-

gos para casa, como peças de cama, mesa e banho, apresentaram oscilação de 97% nos preços. Roupas e calçados cresceram 70%, enquanto alimentos e bebidas ampliaram 111% nos últimos 11 anos.

“Grande parte da responsabilidade pelo aumento dos preços não é do mercado, não são dos produtos comercializados, mas sim dos serviços de uso público, que são controlados pelo Governo”, reforça Caliman.

Diante desse cenário, como conseguem sobreviver os varejistas, que dependem do poder de compra dos consumidores? O presidente da Associação Capixaba de Supermercadistas (Acaps), João Carlos Devens, explica que, para se manter firme, é preciso fazer o que o mercado “manda”.

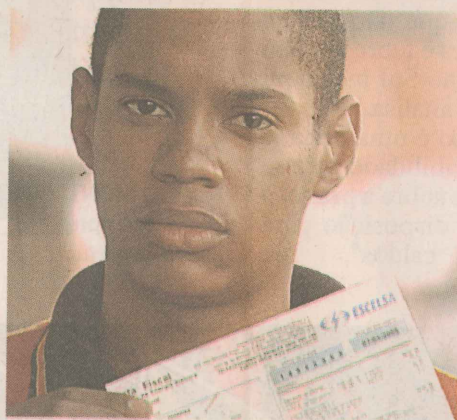
“A compra está sendo muito disputada. Quando sobe um produto, a gente faz de

## QUEM “PAGA O PATO”

Salário é desproporcional ao valor das contas

MARCELO SOARES SANTOS

15 anos, estudante

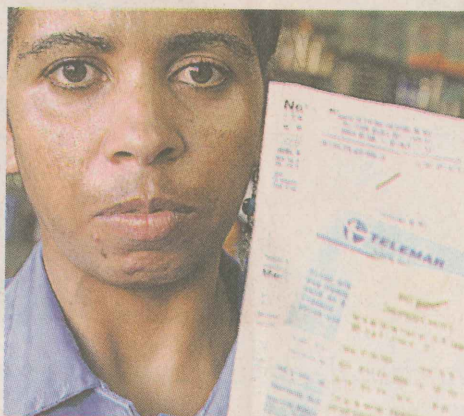


“As contas têm subido bastante e a que mais pesa é a de energia. A conta deste mês veio R\$ 60,80. Eu, minha mãe e meus dois irmãos pagamos as contas. Quase não ficamos em casa e, mesmo assim, as tarifas vêm muito altas. É desproporcional para o que ganhamos, pois o salário não é muito bom. Sou estudante do segundo ano do segundo grau e faço estágio. Com o meu dinheiro eu pago a conta de energia elétrica e ajudo nas demais”. FOTOS: FÁBIO VICENTINI.

## Chuveiro quebrado e conta de energia baixa

ANGELITA MARIA LOUZADA

30 anos, zeladora



“O salário sobe, mas o preço das coisas também sobe. Este mês, por exemplo, o meu chuveiro estragou. Por isso, a conta de energia elétrica veio mais barata. Só de luz e telefone paguei R\$ 82,00. O botijão de gás está custando uns R\$ 28,00. Você compra, mas não dá nem para o mês. Portanto, acho que esses serviços deveriam ser mais baratos. É um absurdo o que a gente paga. Ainda existem os impostos. Na minha rua, por exemplo, ficamos sem iluminação por quase seis meses”.

## ANÁLISE

Mauro Halfeld

## Problema nos contratos

Os contratos que o Governo firmou com as concessionárias de serviços como água, luz e telefonia foram baseados no Índice Geral dos Preços do Mercado (IGP-M), que rendia menos, na época. Ele é bastante diferente do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), pois é mais volúvel. Antes ele era o mais baixo dos dois, mas agora ele é o maior indicador. Acredito que o Governo deveria ter feito o contrato de forma diferente, com base em uma cesta de vários índices, alguns deles mais volúveis, outros menos. Talvez seria interessante uma combinação entre IGPM, IPCA e mais um indicador para equilibrar um valor final de reajuste nas tarifas dos serviços. Ainda há possibilidade de revisar os contratos. Para isso, cabe ao Governo negociar com as empresas.

Mauro Halfeld é economista e colunista do jornal O Globo.

## Falta de concorrência eleva preços

Embora o Governo tenha o poder de controlar os preços dos serviços de telefonia, água e energia elétrica, ele parece não estar cumprindo o seu papel, já que esses foram os itens que mais subiram desde o Plano Real até hoje. O problema, no entanto, talvez esteja na forma de atuação das agências reguladoras, que fiscalizam mais o desempenho das empresas do que os preços.

O economista e professor da Fabavi, Paulo Cezar Ribeiro, explica que a privatização desses serviços trouxe o monopólio. Sem concorrência, a disputa por consumidores não existe e, conseqüentemente, o valor da tarifa não depende da demanda do mercado.

“Antes das privatizações havia mais pressão do contribuinte em cima dos preços

## Aumento para o trabalhador fica defasado

Como se não bastasse serem prejudicados com o deslize do Governo no controle das tarifas de água, luz e telefone, os trabalhadores também sofrem com o cálculo feito na hora do reajuste salarial, que é baseado no aumento da inflação. O que parece ser uma recompensa justa, na verdade não é porque o que o trabalhador gasta é muito maior do que o índice que serve de base para aumentar o salário dele.

Quem alerta para esse prejuízo é a supervisora do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) no Espírito Santo, Sandra Bortolon. Segundo ela, a inflação em 12 meses é de 8%. Entretanto, esse índice pode não retratar a realidade do trabalhador no momento da campanha salarial, pois ele convive com uma inflação sup-

das contas. Na verdade, o vilão de toda essa história é o Governo, que é responsável por regular preços e tarifas de alguns serviços, como telefone, energia e água.

Uma pesquisa do economista capixaba Orlando Caliman mostra que, do início do Plano Real até agora, os serviços controlados pelo Governo, por meio das agências reguladoras, foram justamente os que mais subiram.

Assim, enquanto a renda média do trabalhador cresceu 121,66% entre agosto de 1994 e fevereiro deste ano, a conta de telefone subiu 614%; a de energia aumentou 389%; a de água e esgoto 269%; e o valor da botija de gás - espanete-se - 592%.

Por outro lado, os preços de produtos controlados pelo mercado, ou seja, aqueles que dependem da oferta e da demanda, aumentaram sim, mas muito menos que os outros. Para ter uma idéia, arti-

um produto, a gente faz de tudo para baixá-lo, inclusive boicote. As tarifas públicas subiram acima da inflação porque não temos como controlá-las, pois é um monopólio. Se a luz fosse vendida no supermercado não subiria tanto”, desabafa.

**Juros.** Mas, se o mercado está se comportando relativamente bem em relação ao aumento dos preços e o próprio Governo é o vilão dessa história, então para que manter uma política de juros tão altos com o objetivo de controlar a inflação? Para Orlando Caliman, essa iniciativa não é a das melhores.

“Não haveria razão tão forte para aumentar os juros e reprimir a demanda. A taxa de juros mais alta não influencia fortemente nos preços porque grande parcela dos preços que sobem é controlada pelo Governo”, analisa.

## Contas consomem 60% do salário

**JOSUÉ DAS CHAGAS DUARTE**

44 anos, motorista de ônibus



“Você recebe o salário para pagar conta de água, luz e telefone. É tudo muito caro! Muitas pessoas recebem o adiantamento do salário e o pagamento definitivo. O adiantamento serve para pagar uma parte das contas que já está atrasada. E o pagamento tenta cobrir o restante dos gastos. Uma faixa de 60% do meu salário é consumida pelas contas. O que vale é que, lá em casa, minha esposa e minha filha também trabalham. Se não fosse isso, ficaria em maus lençóis”.

buinte em cima dos preços. As estatais serviam como um trunfo político, pois se o próprio Governo aumentasse os preços seria ruim. Mas, com as privatizações, as tarifas ficaram soltas e por isso estão acima da média”, explica o professor.

Outro detalhe que pode estar influenciando nesses reajustes exagerados é o apagão, na visão de Ribeiro. “Na época do racionamento de energia as pessoas foram obrigadas a não consumirem. Isso teve um baque muito grande na economia das empresas, que não entram em um negócio para perderem. Então, agora, elas estão recuperando o que perderam com o aumento das tarifas e dos impostos”.

Paulo Cezar explica ainda que o Governo, de uma certa maneira, acaba ficando refém das concessionárias, que podem até parar de fornecer o serviço caso o aumento proposto não seja aceito.

ve com uma inflação superior a esse percentual.

“A inflação é um fator muito relativo para reajustar o salário do trabalhador. Supondo que o aumento tenha sido de 6%, para mim não foi de 6% porque o shampoo que eu uso pode ter subido 200%, o iogurte que como aumentou 40%. Então ela é relativa, mas a variação entra de forma absoluta. Por isso que quando há o reajuste do salário pela inflação, ele não complementa o poder total de compra, mas sim o parcial”, alega.

Para a supervisora do Dieese, a forma mais justa de o trabalhador recuperar suas perdas seria ter a remuneração reajustada de acordo com a produtividade industrial. “O salário deveria estar vinculado ao crescimento da produtividade. Aí sim teria um crescimento real e não haveria desigualdade porque a produtividade vira lucro”.